

RELATÓRIO Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 22, de 2021 (nº 273, de 2021, na origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ROBERTO PARENTE, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática do Congo.*



SF/21049.68172-36

Relator: Senador **CHICO RODRIGUES**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor ROBERTO PARENTE, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Congo.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

O Sr. ROBERTO PARENTE é filho de Antonio Roberto Parente e Maria Terezinha D'Abril e nasceu em 25 de junho de 1964.

O diplomata é graduado em Arquitetura pela Universidade Mackenzie, de São Paulo, e ingressou na carreira diplomática em 1998, como Terceiro-Secretário, após concluir o Curso de Preparação da Carreira Diplomática. Foi promovido a Primeiro-Secretário em 2007; a Conselheiro, em 2014; e a Ministro de Segunda Classe, em 2019.

Na conclusão do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, em 2018, teve aprovada sua tese intitulada “Inteligência Consular”.

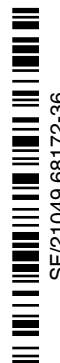
Na carreira, exerceu, entre outras, importantes funções nos seguintes postos:

- 2003-2007 – Terceiro e Segundo-Secretário e Encarregado de Negócios na Embaixada em Camberra;
- 2007-2010 – Primeiro-Secretário e Cônsul-Adjunto no Consulado-Geral em Miami;
- 2010-2013 – Primeiro-Secretário e Encarregado de Negócios na Embaixada em Tel Aviv;
- 2013 – Chefe da Divisão de Documentos de Viagem;
- 2013-2015 – Chefe da Divisão das Comunidades Brasileiras no Exterior;
- 2015-2017 – Chefe da Coordenação-Geral de Planejamento e Integração Consular;
- 2017-2019 – Conselheiro, Chefe do SECOM e Encarregado de Negócios na Embaixada em Assunção; e
- 2020-presente – Secretaria de Gestão Administrativa.

O embaixador Roberto Parente é portador de importantes condecorações do Governo Brasileiro pelos relevantes serviços prestados à nação.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República Democrática do Congo, o qual informa acerca das relações bilaterais desse país com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos, suas políticas interna e externa, assuntos consulares e economia.

Com vasta extensão territorial, a República Democrática do Congo (RDC) é o segundo maior país da África, atrás apenas da Argélia. Apresenta vínculos políticos, sociais e econômicos com as regiões central, austral e oriental do continente e possui fronteira comum com nove vizinhos (República Centro-Africana, Sudão do Sul, Uganda, Ruanda, Burundi, Tanzânia, Zâmbia, Angola e República do Congo).



Em 2019, a população do país era estimada em mais de 86 milhões de habitantes, sendo o quarto país mais populoso da África, atrás de Nigéria, Etiópia e Egito. A RDC dispõe de amplos recursos minerais de alto valor, como ouro, diamante, cobre, cobalto e urânio, além de minérios raros utilizados pela indústria de tecnologia, como a columbita-tantalita (coltan), usada na fabricação de baterias.

O país detém ainda a segunda maior cobertura de floresta tropical do mundo, depois do Brasil, equivalente a cerca de metade de toda a extensão florestal do continente africano. Conta também com o maior potencial hídrico e energético da África (cerca de 100 mil megawatts, quase inexplorados) e com as mais extensas áreas agricultáveis não exploradas de sua região (estimadas em cerca de 80 milhões de hectares).

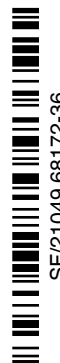
A transição de poder pacífica e institucional que representou a posse do presidente Félix Tshisekedi, em 24 de janeiro de 2019, constituiu um marco na história da RDC. Os primeiros anos do novo governo trouxeram avanços na situação de segurança e dos direitos humanos no país. Permanecem, contudo, desafios relativos à estabilidade da região leste, onde operam diversos grupos armados, locais ou provenientes de países vizinhos.

O Brasil desempenha papel de relevo na Missão das Nações Unidas de Estabilização na República Democrática do Congo (MONUSCO), cuja força militar é comandada por oficial brasileiro, o general de Divisão Marcos de Sá Affonso da Costa, desde abril de 2021. Antes, os generais Santos Cruz, Elias Rodrigues Martins Filho e Ricardo Augusto Ferreira Costa Neves já haviam exercido o comando militar da Missão.

Tendo em conta a centralidade do país e sua importância, o Brasil avalia que a estabilidade da RDC é fator decisivo para a paz duradoura e para o desenvolvimento da região dos Grandes Lagos e do continente africano.

O Brasil reconheceu a independência da RDC em 17 de agosto de 1960. As relações diplomáticas foram estabelecidas em 1968 e, em 1972, no contexto do histórico périplo do então chanceler Mário Gibson Barbosa à África, foi criada a Embaixada do Brasil em Kinshasa.

A RDC (então Zaire) figura, por sua vez, entre os primeiros países da África Subsaariana a abrir embaixada residente em Brasília, em 1974. Em razão dos conflitos registrados no país durante a década de 1990, bem como de restrições orçamentárias enfrentadas pelo Brasil, a Embaixada



em Kinshasa foi fechada em 1997. A missão foi reaberta em 2004, dando início a novo ciclo de aproximação entre os dois países.

Em agosto de 2011, foi realizada, em Brasília, após hiato de 25 anos, III Reunião da Comissão Mista bilateral, no contexto da visita do então ministro da Cooperação Internacional e Regional congolês ao Brasil. Como resultado, foram realizados dois projetos de cooperação técnica na área agrícola: apoio ao cultivo de café (2011-2012) e capacitação em agroecologia e agricultura familiar (2012-2014).

A cooperação humanitária desenvolvida pelo Brasil em benefício da RDC também tem sido significativa. Além da já referida contribuição em benefício de mulheres vítimas de violência sexual (2010), a qual chegou a beneficiar mais de 500 vítimas, o Brasil contribuiu, em 2009 e 2012, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), com doações, em dinheiro e alimentos, voltadas a mitigar risco de insegurança alimentar na RDC. Em 2020, o Brasil doou à RDC mais de 3,5 milhões de doses de vacina contra febre amarela.

Durante o período de estabilização da RDC (2006-2015), começaram a surgir oportunidades para o incremento das ainda incipientes relações econômico-comerciais. As áreas que demonstram maior potencial econômico-comercial são as de agricultura, infraestrutura, energia, venda de aeronaves e ônibus.

Há, por sua vez, claro interesse congolês na atração de investimentos brasileiros. Entre 2018 e 2019, o intercâmbio comercial entre o Brasil e a RDC apresentou crescimento de 35,5%, passando de US\$ 106 milhões para US\$ 165 milhões. Todavia, em 2020, o comércio sofreu retração significativa de cerca 50% em relação ao ano anterior, somando US\$ 84 milhões. A queda do intercâmbio comercial foi resultado da expressiva redução de 97% das importações brasileiras (de US\$ 115 milhões em 2019, para US\$ 3 milhões em 2020).

Entre 2017 e 2020, as vendas congolesas concentraram-se em metais e químicos inorgânicos, ao passo que as vendas brasileiras consistiram principalmente de açúcar, carne e derivados da indústria de moagem. Em 2020, os principais produtos exportados pelo Brasil foram carne de aves (16,3%); açúcares (11,8%); farinhas (11,1%); e carnes suínas (10,6%). Por sua vez, os principais produtos importados foram óxidos e hidróxidos de cobalto (74,2%) e cobre (16,5%).



O saldo da balança comercial com a República Democrática do Congo tem sido tradicionalmente favorável ao Brasil, em função, sobretudo, da magnitude das exportações brasileiras para esse parceiro. Os significativos déficits contabilizados pela parte brasileira em 2006 (-US\$ 113 milhões), 2007 (-US\$ 139 milhões), 2011 (-US\$ 25 milhões) e 2019 (- US\$ 64,7 milhões) podem ser considerados como atípicos. Em 2020, a balança comercial retomou a tendência de superávit em favor do Brasil, registrando saldo comercial de US\$ 77 milhões, graças ao aumento de cerca de 60% das exportações brasileiras, que passaram de US\$ 50 milhões (2019) a US\$ 81 milhões.

Ao analisar o perfil das exportações congolezas, a área comercial do Itamaraty identificou os seguintes produtos como bons potenciais de negócios para vendas brasileiras: motocicletas; veículos de transportes; tratores; caminhões; ônibus; arroz; calçados; máquinas e aparelhos para selecionar, peneirar, separar ou lavar minérios; leite em pó; açúcares de cana; e registros e válvulas para a indústria.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

